

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.783 - SP
(2019/0237170-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : ANDRE FELES LINDOLPHO
ADVOGADOS : BRUNO SHIMIZU - DEFENSOR PÚBLICO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO NÃO INFIRMADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182 DO STJ. AGRADO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. O recurso especial não foi admitido por esbarrar nas Súmulas n. 284 do STF e 7, 83 e 518, todas do STJ, além de não haver sido devidamente comprovado o dissídio pretoriano alegado.
2. No agravo subsequente e neste regimental, a defesa não combateu o argumento de que a divergência jurisprudencial não foi demonstrada.
3. É condição necessária à admissibilidade de qualquer recurso que a parte interessada impugne os fundamentos da decisão combatida, conforme acórdão firmado pela Corte Especial.
4. Não é possível conceder ordem de ofício, a teor do art. 654, § 2º, do CPP, se a pretensa ilegalidade não é aferível de plano, inequivocamente, pela simples leitura do acórdão recorrido.
5. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**